

Demonstrações Financeiras

Cemig Geração Três Marias S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022.....	2
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA.....	12
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	13
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	13
2. BASE DE PREPARAÇÃO	14
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	16
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	17
5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES.....	18
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	18
7. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO	19
8. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL.....	20
9. IMOBILIZADO.....	21
10. INTANGÍVEL	24
11. FORNECEDORES.....	26
12. ENCARGOS REGULATÓRIOS.....	26
13. TRIBUTOS.....	26
14. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS	27
15. PROVISÕES.....	28
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	28
17. RECEITA.....	29
18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	30
19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	32
20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	32
21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	32
22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	34
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	38
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

A Cemig Geração Três Marias S.A. (“Companhia” ou “Três Marias”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

A CEMIG GERAÇÃO TRÊS MARIAS

A Cemig Geração Três Marias S.A. é uma sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) e tem sede e foro em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, na Av. Barbacena, 1200, 9º andar, Ala B2 - Parte 1, Bairro Santo Agostinho e tem por objetivo social a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. Suas atividades operacionais iniciaram em 08 de junho de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 e 2021 era de R\$1.291.423 mil, subscrito e integralizado, dividido em 1.291.423.369 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do exercício

A Companhia obteve um resultado de R\$289.769 mil em 2022, em comparação ao resultado de R\$318.792 mil em 2021.

Receita

A Cemig Geração Três Marias S.A. detém a concessão da Usina Hidrelétrica Três Marias, conforme o primeiro termo aditivo ao contrato de concessão nº8/2016 – ME – UHE Três Marias, celebrado em 8 de junho de 2016.

O contrato de concessão com a União, por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, estabelece as condições de prestação do serviço de geração de energia elétrica. Em 2016, a previsão do contrato era de 100% da garantia física de energia e de potência da referida usina hidrelétrica em regime de alocação de cotas. Desde janeiro de 2017, 70% da garantia física de energia é alocada no regime de cotas e 30% da garantia física de energia está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL), conforme previsão do contrato.

Fornecimento bruto de energia elétrica

A receita de fornecimento bruto de energia elétrica reconhecida no exercício de 2022 foi de R\$290.364 mil, em comparação a R\$281.679 mil em 2021.

A Companhia tem direito a uma Receita Anual de Geração – RAG pela disponibilização da parcela de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica em regime de cotas, com pagamento em parcelas duodecimais, no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A Concessionária fatura mensalmente a RAG, cobrando de 45 distribuidoras de energia elétrica o equivalente à sua respectiva participação na cota de garantia física e de potência alocada para o ano em que a cobrança está sendo efetuada.

Atualização financeira da bonificação pela outorga

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago. Os valores registrados como receita, no montante de R\$253.627 mil em 2022 (R\$287.009 mil em 2021), referem-se à atualização pelo IPCA e juros remuneratórios incidentes sobre o valor da bonificação paga, que serão aplicados durante o período de vigência da concessão.

A redução da atualização financeira se deve pela variação do IPCA. Terminamos 2021 com uma inflação (IPCA) acima de 10%. Entretanto, chegamos ao fim de 2022 com uma inflação em 5,79%.

Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais foram de R\$84.452 mil em 2022, comparado a R\$125.948 mil em 2021. Essa variação deve-se, principalmente, a redução de volume dos custos com energia elétrica comprada para revenda e com serviços de terceiros.

Imposto de renda e contribuição social

Em 2022, a Companhia apurou o montante de R\$93.128 mil referentes ao imposto de renda e contribuição social, em relação ao resultado de R\$382.897 mil antes dos efeitos fiscais, representando 24,32% de alíquota efetiva. Comparativamente, no mesmo período de 2021, a Companhia apurou o montante de R\$162.016, em relação ao resultado de R\$480.808 mil antes dos efeitos fiscais, representando 33,70% de alíquota efetiva.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2022, o LAJIDA foi de R\$374.212 mil (R\$479.161 mil em 2021) e a margem do LAJIDA foi de 82,35% no mesmo período (98,40% em 2021), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2022	2021	Var. %
Resultado líquido	289.769	318.792	(9,10)
Despesa com IR e CS	93.128	162.016	(42,52)
Depreciação e amortização	4.227	2.326	81,73
Resultado financeiro	(12.912)	(3.973)	224,99
LAJIDA	374.212	479.161	(21,90)

LAJIDA	2022	2021
Receita Líquida	454.437	486.952
LAJIDA	374.212	479.161
Margem LAJIDA - %	82,35%	98,40%

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque o utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo que visa garantir a segurança das barragens operadas e mantidas pela Cemig utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais e legislação específica.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig, eventualmente equipe multidisciplinar de consultores

externos. Nesta ocasião, todas as questões relacionadas à segurança das barragens são cuidadosamente verificadas por profissionais com notório saber.

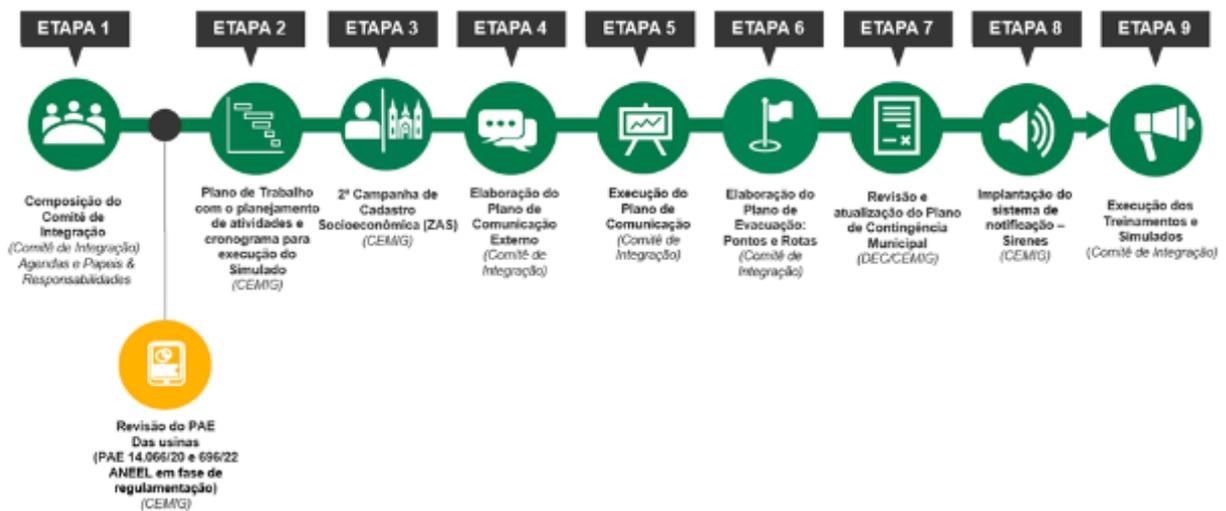
A Cemig foi pioneira no Brasil na elaboração de planos de emergência (“PAE”) para ruptura de barragens, com foco também nos riscos de inundação causados por cheias ordinárias. A intenção é construir uma cultura de prontidão para situações de cheias para as comunidades instaladas ao longo dos rios onde estão as usinas da Cemig, já que as cheias são eventos mais recorrentes.

Mantendo sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2022, a Cemig manteve o foco em ações que promovessem a integração dos PAEs - Planos de Ação de Emergência de suas usinas junto aos PLANCONs - Planos de Contingência dos municípios correlacionados, com a realização de reuniões presenciais e virtuais para oficinas de trabalho e treinamentos.

A Companhia criou o “Projeto VAMOS”, que concentra uma metodologia dedicada para integração dos PAEs aos PLANCONs, visando a melhoria e uniformização dessas tratativas.

Como etapa inicial foram constituídos CIs- Comitês de Integração do PAE, de cada barragem, fórum multidisciplinar que conta com a representação de vários atores dos municípios, ambiente em que as tratativas dos PAEs passaram a ocorrer de modo grupal.

No total foram constituídos 16 CIs que trataram os temas listados na figura abaixo:



PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$289.769, seja dada a seguinte destinação:

- R\$14.488 para constituição de reserva legal;
- R\$104.519 para Juros sobre capital próprio; e
- R\$170.762 para constituição de reserva especial.

Aprovação pagamento de dividendos 2021 - Reserva especial

Referente a Reserva especial constituída em 2021, a Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a aprovação do pagamento parcial de dividendos referentes a reserva especial constituída na AGO de 2022, no valor de R\$54.593 no ano de 2023.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração Três Marias é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, municipais, à Diretoria da Cemig e, em especial, à dedicação de sua qualificada equipe de empregados.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	3	16.785	4.275
Títulos e valores mobiliários	4	98.686	66.216
Consumidores e revendedores	5	50.326	44.441
Tributos compensáveis	6	911	988
Ativo financeiro da concessão	7	166.911	152.828
Outros ativos		15	152
TOTAL DO CIRCULANTE		333.634	268.900
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e valores mobiliários	4	373	13.619
Tributos compensáveis	6	8.177	7.516
Consumidores e revendedores	5	-	114
Ativo financeiro da concessão	7	1.504.604	1.430.891
Imobilizado	9	14.301	13.795
Intangível	10	110.406	114.034
Direito de uso	8	92	78
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		1.637.953	1.580.047
ATIVO TOTAL		1.971.587	1.848.947

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	2022	2021
CIRCULANTE			
Fornecedores	11	7.233	8.352
Encargos regulatórios	12	3.188	1.741
Impostos, taxas e contribuições	13	21.885	5.972
Imposto de renda e contribuição social	13	72.283	102.186
Dividendos	16	88.841	138.000
Convênio de compartilhamento	21	3.409	3.010
Passivo de arrendamento	8	21	10
Outras obrigações		654	613
TOTAL DO CIRCULANTE		197.514	259.884
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de renda e contribuição social diferido	13	32.788	34.529
Passivo de arrendamento	8	79	73
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	14	13.612	12.117
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		46.479	46.719
TOTAL DO PASSIVO		243.993	306.603
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16	1.291.423	1.291.423
Reservas de lucros		436.171	250.921
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.727.594	1.542.344
PASSIVO TOTAL		1.971.587	1.848.947

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2022	2021
RECEITA LÍQUIDA	17	454.437	486.952
CUSTOS OPERACIONAIS	18		
Custos com energia elétrica		(39.250)	(84.853)
Custos de operação		(28.833)	(23.785)
		(68.083)	(108.638)
LUCRO BRUTO		386.354	378.314
DESPESA OPERACIONAL	18		
Despesas gerais e administrativas		(8.930)	(12.334)
Outras despesas operacionais		(7.439)	(4.976)
		(16.369)	(17.310)
Ganho com ressarcimento do GSF	10	-	115.831
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos		369.985	476.835
Receitas financeiras	19	16.358	5.477
Despesas financeiras	19	(3.446)	(1.504)
		12.912	3.973
Resultado antes dos impostos		382.897	480.808
Imposto de renda e contribuição social correntes	20	(94.869)	(120.755)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	1.741	(41.261)
RESULTADO DO EXERCÍCIO		289.769	318.792
Resultado básico e diluído por ação – R\$		0,2244	0,2469

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
RESULTADO DO EXERCÍCIO	289.769	318.792
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	289.769	318.792

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital social	Reserva de lucros		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Retenção de lucros		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	1.291.423	42.129	84.332	-	1.417.884
Aprovação de dividendos adicionais propostos (R\$0,0653 por ação)	-	-	(84.332)	-	(84.332)
Resultado do exercício	-	-	-	318.792	318.792
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva legal	-	15.940	-	(15.940)	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,0852 por ação)	-	-	-	(110.000)	(110.000)
Reserva Especial	-	-	192.852	(192.852)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	1.291.423	58.069	192.852	-	1.542.344
Resultado do exercício	-	-	-	289.769	289.769
Destinação do Lucro Proposta à AGO:					
Reserva legal	-	14.488	-	(14.488)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	(104.519)	(104.519)
Reserva Especial	-	-	170.762	(170.762)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	1.291.423	72.557	363.614	-	1.727.594

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais)

	2022	2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do exercício	289.769	318.792
Ajustes por:		
Depreciação e amortização intangível	4.227	2.249
Amortização do direito de uso (Nota 8)	102	77
Tributos diferidos	(1.741)	41.261
Juros passivo de arrendamento (Nota 8)	(11)	(9)
Pis/Pasep e Cofins a serem restituídos a concessionárias	1.495	513
Atualização monetária bonificação de outorga (Nota 7)	(253.627)	(287.009)
Ganho com ressarcimento do GSF	-	(115.831)
	40.214	(39.957)
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	(5.771)	7.226
Tributos compensáveis (Nota 6)	(584)	(6.653)
Ativo financeiro da concessão (Nota 7)	165.831	150.499
Outros ativos	20	248
	159.496	151.320
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 11)	(1.119)	(22.045)
Impostos, taxas e contribuições (Nota 13)	15.913	354
Imposto de renda e contribuição social	77.932	120.171
Encargos regulatórios (Nota 12)	1.447	(5.443)
Convênio de compartilhamento (Nota 21)	400	(130)
Outras obrigações	174	52
	94.747	92.959
CAIXA GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	294.451	204.322
Imposto renda e contribuição social pagos	(123.614)	(95.187)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	170.853	109.135
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Em títulos e valores mobiliários (Nota 4)	(19.224)	(18.303)
No imobilizado	(1.003)	(1.523)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(20.227)	(19.826)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(138.000)	(90.665)
Arrendamentos pagos	(116)	(90)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(138.116)	(90.755)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12.510	(1.446)
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	4.275	5.721
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	16.785	4.275
	12.510	(1.446)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Em 1 de fevereiro de 2016, foi constituída a Cemig Geração Três Marias S.A, sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG – CEP 30.190 – 131.

A empresa é concessionária de geração de energia elétrica, tendo recebido autorização através da Resolução Autorizativa Aneel nº 5.847/2016, formalizando a transferência da concessão da UHE Três Marias da Cemig GT para a Cemig Geração Três Marias S.A., mediante a celebração do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 08/2016 – MME, ocorrida em 08 de junho de 2016.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação.

A UHE Três Marias possui 396 MW de potência instalada e 227,1 MW médios de Garantia Física. Desde 2017, pela prestação do serviço de geração, 70% da garantia física foi destinada ao Ambiente de Contratação Regulada - ACR, sendo a Companhia remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Três Marias, por meio da Receita Anual de Geração - RAG, reajustada do período de 1 de julho de 2022 a 30 de junho de 2023, conforme Resolução Homologatória ANEEL 3.068, de 12/07/2022. Cerca de 30% da garantia física da empresa foi comercializada no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

Em 08 de setembro de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.931, a ANEEL alterou o Anexo I da Resolução Homologatória nº 2.919, de 3 de agosto de 2021, que dispõe sobre o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE que repactuaram o risco hidrológico. Para a UHE Três Marias, o prazo de extensão foi o máximo permitido pela Lei nº 14.052/2020, que corresponde a 7 anos (2.555 dias), com novo fim da concessão previsto para 01/2053. Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

Em 31 dezembro de 2022, a UHE Três Marias operava com todos seus 06 geradores disponíveis para Sistema Interligado Nacional – SIN, sem perspectiva de intervenções relevantes ao longo de 2023.

A Cemig Geração e Transmissão SA, via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela ANEEL, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 30 de abril de 2023, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Consumidores e revendedores (Contas a receber não faturado);
- Nota 7 – Ativos financeiros da concessão;
- Nota 8 – Operações de arrendamento mercantil;
- Nota 9 – Imobilizado e vidas úteis de ativos

- Nota 17 – Receita (Fornecimento não faturado de energia elétrica).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5. Pronunciamentos novos ou revisados, aplicados pela primeira vez em 2022

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2022 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Especificação de quais custos a entidade precisa incluir quando avalia se um contrato é oneroso. A alteração aplica uma “abordagem de custo relacionado diretamente”, sendo que o custo que se relaciona diretamente com um contrato para fornecer mercadorias ou serviços incluem custos incrementais e uma alocação de custos diretamente relacionado às atividades do contrato. Custos gerais e administrativos não se relacionam diretamente com um contrato e são excluídos a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato.	01/01/2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Trata da impossibilidade de as entidades deduzirem do custo do bem do ativo imobilizado quaisquer receitas advindas da venda de itens produzidos enquanto o ativo é estabelecido no local e condição necessária para ser capaz de funcionar na forma pretendida pela administração. Essas receitas e custos associados devem ser reconhecidos diretamente no resultado.	01/01/2022
CPC 15 - Combinação de Negócios	Além das mudanças relacionadas à referência à estrutura conceitual, que não alterou significativamente os padrões requeridos, foi acrescentada uma exceção ao princípio de reconhecimento do CPC 15, para evitar o problema dos potenciais ganhos e perdas do “dia 2” decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam no escopo do CPC 25 ou ICPC 19, se incorridos separadamente.	01/01/2022

2.6. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Norma	Principais alterações	Início da vigência
CPC 50 – Contratos de seguro, emitida pelo IASB em maio de 2017	A norma, ainda não emitida no Brasil, tem como objetivo geral fornecer um modelo contábil para contratos de seguro, independentemente do tipo de entidade que os emite, que seja mais útil e consistente para as emissoras de seguros, inicialmente não sendo aplicável à Companhia. Essa norma não tem correspondente no Brasil.	01/01/2023
ICPC 26 – Revisão da classificação de passivos como circulantes e não circulantes	Esclarecer, entre outros, o conceito de diferir a liquidação de passivo, além de definir que o direito de diferir deve existir ao final do período de reporte e que a classificação é independente da probabilidade de que a entidade exercerá o seu direito de diferir. Além disso, a revisão determina que somente se o derivativo embutido em um passivo conversível for um instrumento patrimonial os termos do passivo não impactarão a sua classificação.	01/01/2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro – Definição de estimativas contábeis	Esclarecer a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros, bem como como as entidades utilizam as técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis.	01/01/2023
CPC 26 Realização de julgamento de materialidade	Auxiliar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis que são mais úteis, por meio da substituição da exigência de divulgação das políticas contábeis significativas para divulgação de políticas contábeis materiais, além de adicionar orientações sobre como a entidade aplica o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre a divulgação de políticas contábeis.	01/01/2023

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis divulgou a Revisão nº 20/2021, em 4 de julho de 2022, estabelecendo alterações nos pronunciamentos CPC 11 – Contratos de Seguros, CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erro, CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação, CPC 49 – Contabilização e Relatório Contábil de Planos de Benefícios de Aposentadoria, CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediárias, CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de

Contabilidade e CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, refletindo as mudanças realizadas nas normas internacionais, com vigência a partir de 2023.

2.7. Reagrupamento Demonstrações dos Resultados (DRE)

A Companhia efetuou ajustes de classificação em suas despesas nas Demonstrações dos Resultados, de forma a agregar certos itens de acordo com sua função. A divulgação da natureza das despesas mantém-se apresentada nas respectivas notas explicativas sem alterações. Os referidos ajustes não afetam margens e indicadores representando apenas melhorias propostas pela Administração da Companhia. A fim de manter a comparabilidade, as informações correspondentes ao exercício de 2021 estão sendo apresentadas neste mesmo critério. Tais ajustes foram considerados imateriais pela Companhia.

2.8. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2022	2021
Contas bancárias	47	45
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários – CDBs	105	1.088
Overnight	16.633	3.142
TOTAL	16.785	4.275

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), variou 99% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (variou de 50% a 100% em 31 de dezembro de 2021) conforme operação.

As operações de overnight consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada que variou de 13,62%a.a a 13,64%a.a. em 31 de dezembro de 2022 (8,87%a.a a 9,14% em 31 de dezembro de 2021).

Prática contábil

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia. Mais informações sobre as práticas contábeis estão demonstradas na nota explicativa nº 22.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2022	2021
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	10.836	3.879
Letras Financeiras Bancos - LFs	64.537	54.683
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	23.313	6.884
Debêntures	-	770
	98.686	66.216
Não circulante		
Letras Financeiras Bancos - LFs	-	13.431
Debêntures	373	188
	373	13.619
	99.059	79.835

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As CDBs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que foi de 99% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (107,24% do CDI em 31 de dezembro de 2021)

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 103,3% e 110,26% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (entre 105,00% e 130,00% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre Taxa Referencial (TR) + 1% e 114,29% do CDI em 31 de dezembro de 2022 (Taxa Referencial (TR) + 1% e 109% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

As aplicações em títulos de partes relacionadas estão demonstradas na nota explicativa nº 21 dessas Demonstrações Financeiras.

Os rendimentos destes títulos e valores mobiliários estão devidamente demonstrados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa na atividade de investimentos.

5. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de consumidor	Saldos a vencer		Saldos vencidos			Total	
	Faturado	Não faturado	Até 90 dias	91 até 360 dias	Mais de 361 dias	2022	2021
Fornecimento industrial	13.644	8.822	-	-	1.670	24.136	23.196
Suprimento a outras concessionárias	-	26.837	-	-	-	26.837	23.029
Energia elétrica de curto prazo	-	-	1.023	-	-	1.023	-
(-) Perdas de créditos esperadas	-	-	-	-	(1.670)	(1.670)	(1.670)
Total	13.644	35.659	1.023	-	-	50.326	44.555

A Companhia busca judicialmente a recuperação dos valores vencidos para os quais foram constituídas as provisões para perdas.

Prática contábil

As contas a receber de consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

O ajuste para perdas de créditos esperadas é registrado com base em políticas aprovadas pela Administração. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) para os consumidores com valores significativos em aberto, o saldo a receber é analisado levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; e (ii) para os grandes consumidores, é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Impostos, taxas e contribuições a compensar

	2022	2021
Circulante		
ICMS	126	203
PIS/Pasep (1)	139	139
Cofins (1)	646	646
	911	988

Não circulante		
PIS/Pasep (1)	1.459	1.340
Cofins (1)	6.718	6.176
	8.177	7.516
TOTAL	9.088	8.504

(1) Créditos oriundos da reversão do PIS/Pasep e da Cofins, pela exclusão do ICMS da base de cálculo dos respectivos tributos.

7. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, dentre elas a UHE Três Marias, cuja concessão era anteriormente pertencente à própria Cemig GT.

Em junho de 2016 a Cemig GT transferiu a titularidade do Contrato de Concessão da UHE Três Marias para a Cemig Geração Três Marias – S.A., Sociedades de Propósitos Específicos –SPE, criada para este fim.

O contrato de exploração da concessão é garantido pelos próximos 30 anos. Em 2016, a energia foi toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física (“CGF” ou “regime de cotas”). Desde janeiro de 2017 a energia passou a ser comercializada na proporção de 70% no ACR e 30% no Ambiente de Contratação Livre – (“ACL”).

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

A movimentação do ativo financeiro é como segue:

	2022	2021
Saldo inicial	1.583.719	1.447.209
Recebimentos	(165.831)	(150.499)
Atualização financeira da bonificação pela outorga	253.627	287.009
Saldo final	1.671.515	1.583.719
Circulante	166.911	152.828
Não circulante	1.504.604	1.430.891

Prática contábil

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

8. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

A Companhia reconheceu um direito de uso e um passivo de arrendamento para os seguintes contratos que contém arrendamento, nos termos do CPC 06 (R2):

- Arrendamento do edifício utilizado como sede administrativa;
- Arrendamentos de veículos comerciais utilizados nas operações.

As taxas de desconto foram obtidas baseando-se nas taxas incrementais, conforme segue:

	Taxa anual (%)	Taxa mensal (%)
Adoção inicial		
Até 2 anos	7,96	0,64
De 3 a 5 anos	10,64	0,85
De 6 a 20 anos	13,17	1,04
Contratos celebrados entre 2019 e 2022		
Até 3 anos	6,87	0,56
De 3 a 4 anos	7,33	0,59
De 4 a 20 anos	8,08	0,65

a) Direito de uso

O ativo de direito de uso foi mensurado pelo custo, composto pelo valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento ajustada pelas suas remensurações e amortizado em bases lineares até o término do prazo do arrendamento ou da vida útil do ativo identificado, conforme o caso.

A movimentação do ativo de direito de uso é como segue:

	Imóveis	Veículos	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	74	73	147
Remensuração	7	1	8
Amortização	(3)	(74)	(77)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	78	-	78
Remensuração	7	109	116
Amortização	(3)	(99)	(102)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	82	10	92

b) Passivo de arrendamento

O passivo de arrendamento reconhecido é mensurado pelo valor presente dos pagamentos mínimos exigidos nos contratos, descontados pela taxa de empréstimo incremental da companhia. O valor contábil do passivo de arrendamentos é remensurado se houver modificações no contrato qualificáveis para tanto.

A movimentação do passivo de arrendamento é como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2020	156
Juros incorridos	14
Arrendamentos pagos	(90)
Juros sobre arrendamentos pagos	(5)
Remensuração	8
Saldo em 31 de dezembro de 2021	83
Juros incorridos	17
Arrendamentos pagos	(100)
Juros sobre arrendamentos pagos	(16)
Remensuração	116
Saldo em 31 de dezembro de 2022	100
Passivo circulante	21
Passivo não circulante	79

Prática contábil

A Companhia avalia, na celebração do contrato de fornecimento de bens e serviços, se este é ou contém um arrendamento, ou seja, se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de contraprestação. A Companhia adota uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e/ou de ativos de baixo valor.

Na data de início de um arrendamento (data em que o ativo objeto do arrendamento está disponível para uso), a Companhia reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamentos) e um ativo representando o direito de usar o bem durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Ativos de direito de uso

Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas, e são ajustados pelas remensurações dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor do passivo de arrendamento reconhecido, os custos iniciais incorridos e os pagamentos de arrendamento realizados até a data de início, menos quaisquer incentivos recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

Se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa,

e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se as condições refletirem o exercício da opção de rescisão. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia utiliza a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juros implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado na ocorrência de determinados eventos, como por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

A Companhia reconhece separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamentos e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias de depreciação %	2022			2021		
		Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor bruto	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço		13.716	(1.451)	12.265	12.149	(954)	11.195
Custo Histórico		13.716	(1.451)	12.265	12.149	(954)	11.195
Em curso		2.036	-	2.036	2.600	-	2.600
Geração		2.036	-	2.036	2.600	-	2.600
TOTAL AIC + AIS		15.752	(1.451)	14.301	14.749	(954)	13.795

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Adições Líquidas = (A) + (B)	Deprec. Acum.	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	12.149	-	-	1.567	13.716	1.567	(1.451)	12.265
Reservatórios, barragens e adutoras	925	-	-	115	1.040	115	(46)	994
Edificações, obras civis e benfeitorias	170	-	-	1.452	1.622	1.452	(15)	1.607
Máquinas e equipamentos	11.054	-	-	-	11.054	-	(1.390)	9.664
Em curso	2.600	1.003	-	(1.567)	2.036	(564)	-	2.036
Total	14.749	1.003	-	-	15.752	1.003	(1.451)	14.301

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Adições Líquidas = (A) + (B)	Deprec. Acum.	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	10.114	-	-	2.035	12.149	2.035	(954)	11.195
Reservatórios, barragens e adutoras	-	-	-	925	925	925	(17)	908
Edificações, obras civis e benfeitorias	120	-	-	50	170	50	(8)	162
Máquinas e equipamentos	9.994	-	-	1.060	11.054	1.060	(929)	10.125
Em curso	3.112	1.523	-	(2.035)	2.600	(512)	-	2.600
Total	13.226	1.523	-	-	14.749	1.523	(954)	13.795

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2022 e 2021 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados, que consideram a vida útil esperada dos ativos, são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel, com exceção dos ativos que possuem vida útil superior a data de término da concessão, uma vez que estes ativos, desde que pertencentes ao projeto original, não serão indenizados ao término da concessão. Em 2022, a taxa média de depreciação anual foi de 3,80% (3,68% em 2021).

Prática contábil

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

Redução ao valor recuperável

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor

recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

10. INTANGÍVEL

Repactuação do Risco Hidrológico (Generation Scaling Factor - GSF)

Em 09 de setembro 2020 foi publicada a Lei nº 14.052, que alterou a Lei nº 13.203/2015, estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

A alteração legal teve como objetivo a compensação aos titulares das usinas hidrelétricas participantes do MRE por riscos não hidrológicos causados por: (i) empreendimentos de geração denominados estruturantes, relacionados à antecipação da garantia física, (ii) às restrições na entrada em operação das instalações de transmissão necessárias ao escoamento da geração dos estruturantes e (iii) por geração fora da ordem de mérito e importação. A referida compensação dar-se-á mediante a extensão da outorga, limitada a 7 anos, calculada com base nos valores dos parâmetros aplicados pela Aneel.

Em 1º de dezembro de 2020, foi editada a Resolução Normativa Aneel nº 895, que estabeleceu a metodologia para o cálculo da compensação e os procedimentos para a repactuação do risco hidrológico. Para serem elegíveis às compensações previstas na Lei nº 14.052, os titulares de usinas hidrelétricas participantes do MRE deverão: (i) desistir de eventuais ações judiciais cujo objeto seja a isenção ou a mitigação de riscos hidrológicos relacionados ao MRE, (ii) renunciar qualquer alegação e/ou novas ações em relação à isenção ou mitigação dos riscos hidrológicos relacionadas ao MRE, e (iii) não ter repactuado o risco hidrológico nos termos da Lei nº 13.203/2015.

Em 03 de agosto de 2021, a Aneel homologou, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919/2021, o prazo de extensão da outorga das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que repactuaram o risco hidrológico por meio da Resolução nº 684/2015. A ReH nº 2.919/2021 foi alterada em 08 de setembro pela Resolução Homologatória nº 2.931.

Em 11 de junho de 2021, o Conselho de Administração da Cemig GT autorizou a renúncia de eventual processo judicial centrado no MRE, bem como a assinatura do Termo de Aceitação aos termos da Lei nº 14.052/2020, para as usinas dos Contratos de Concessão da Cemig GT e subsidiárias. Com a aprovação do Conselho de Administração da adesão aos termos da Lei, a Companhia reconheceu um ativo intangível referente ao direito à extensão da outorga, em contrapartida à rubrica “Ganho com ressarcimento do GSF”, no montante de R\$115.831, conforme tabela abaixo:

	Taxa média anual de depreciação (%)	2022			2021		
		Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço		115.847	(5.441)	110.406	115.847	(1.813)	114.034
Ativos da concessão - GSF		115.831	(5.435)	110.396	115.831	(1.811)	114.020
Outros		16	(6)	10	16	(2)	14
Em curso		-	-	-	-	-	-
Total		115.847	(5.441)	110.406	115.847	(1.813)	114.034

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2021	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2022	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2022
Em serviço	115.847	-	-	-	-	115.847	(5.441)	110.406
Ativos da concessão - GSF	115.831	-	-	-	-	115.831	(5.435)	110.396
Outros	16	-	-	-	-	16	(6)	10
Em curso	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	115.847	-	-	-	-	115.847	(5.441)	110.406

	Valor bruto em 31/12/2020	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transferências (C)	Adições líquidas = (A) - (B) + (C)	Valor bruto em 31/12/2021	Amortização acumulada	Valor líquido em 31/12/2021
Em serviço	-	115.831	-	16	115.847	115.847	(1.813)	114.034
Ativos da concessão - GSF	-	115.831	-	-	115.831	115.831	(1.811)	114.020
Outros	-	-	-	16	16	16	(2)	14
Em curso	16	-	-	(16)	(16)	-	-	-
Total	16	115.831	-	-	115.831	115.847	(1.813)	114.034

A taxa de amortização média anual da Companhia é de 10,84%

O valor justo do direito de extensão da outorga foi estimado, conforme tabela abaixo, utilizando a abordagem da receita, por meio da qual se converte valores futuros em um valor único atual, descontado pela taxa de rentabilidade aprovada pela Administração para a atividade de geração de energia, refletindo as expectativas de mercado atuais, baseando-se em premissas internas da Companhia, em relação aos valores futuros.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em anos	Novo fim da concessão
Cemig Geração Três Marias				
UHE Três Marias	115.831	05/01/2046	7,0	03/01/2053

Em 7 de outubro de 2022, foi assinado o aditivo ao contrato de concessão da usina para constar a nova data de vigência da outorga.

Prática contábil

Compreendem, principalmente, os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços descritos anteriormente e *softwares*. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

11. FORNECEDORES

	2022	2021
Suprimento e transporte de energia	3.793	4.603
Materiais e serviços	3.440	3.749
TOTAL	7.233	8.352

12. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2022	2021
Pesquisa Expansão Sistema Energético	125	117
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	250	234
Compensação Financeira Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	1.452	1.146
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	1.285	174
CDE sobre P&D	76	70
	3.188	1.741

13. TRIBUTOS

a) Impostos, taxas e contribuições

	2022	2021
Circulante		
IRRF (*)	15.678	4
ICMS	2.117	1.893
COFINS	2.942	3.128
PASEP	635	677
INSS	396	164
Outros	117	106
TOTAL	21.885	5.972

(*) montante refere-se à retenção de imposto de renda sobre os Juros Sobre Capital Próprio.

b) Imposto de renda e contribuição social

	2022	2021
Circulante		
Imposto de renda	53.455	75.929
Contribuição social	18.828	26.257
	72.283	102.186
Não circulante		
Imposto de renda	24.109	25.389
Contribuição social	8.679	9.140
	32.788	34.529
TOTAL	105.071	136.715

Prática contábil

A despesa com imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) representa a soma dos tributos correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras. A Companhia está sujeita ao regime do lucro real de apuração dos tributos sobre o resultado.

Os tributos correntes e diferidos relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes são reconhecidos no patrimônio líquido.

Corrente

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização até o encerramento do exercício, quando então o imposto é devidamente apurado e compensado com as antecipações realizadas

Diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis na extensão que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

14. PIS/PASEP E COFINS A SEREM RESTITUÍDOS A CONCESSIONÁRIAS

Em outubro de 2020, a Companhia identificou que, entre os anos de 2016 e 2020, a Receita Anual de Geração – RAG faturada e apresentada nas demonstrações financeiras foi majorada indevidamente em função do excedente dos tributos PIS/Pasep e Cofins incluídos na base de cálculo da receita (alíquotas totais aplicadas de 9,25%, sendo a

devido 3,65%), tornando necessária a devolução dos valores das contribuições faturados a maior. A Companhia reconheceu uma provisão para restituição de PIS/Pasep e Cofins de R\$12.117 em 31 de dezembro de 2021, incluindo a devida atualização monetária. O saldo atualizado em 31 de dezembro de 2022 é de R\$13.611. A Companhia aguarda orientação do órgão regulador – Aneel sobre o mecanismo de devolução.

15. PROVISÕES

Em 31 de dezembro de 2022 há ações de natureza ambiental no montante de R\$218 (R\$272 em 31 de dezembro de 2021), cuja expectativa de perda é considerada possível. Adicionalmente, em 2022 não há processos cuja expectativa de perda seja provável. Os saldos são baseados na avaliação dos assessores legais da companhia.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, o capital social da Companhia era de R\$1.291.423, subscrito e integralizado, dividido em 1.291.423.369 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig GT.

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

a) Reservas

A composição da conta de reservas de lucros é demonstrada como segue:

Reservas de lucros	2022	2021
Reserva legal	72.557	58.069
Reserva Especial	363.614	192.852
	436.171	250.921

Reserva legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia constituiu R\$14.488 de reserva legal em 2022, correspondendo a 5,00% do lucro líquido apurado no exercício.

Reserva especial

Nos termos do §5º do artigo 202 da Lei 6.404/1976, a Companhia registrou, em reserva especial, parcela do lucro do exercício, no montante de R\$170.762, a ser pago como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

b) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme a lei.

A Diretoria Executiva poderá declarar dividendos intermediários e/ou juros sobre capital próprio, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários. As importâncias declaradas e pagas ou creditadas a título de juros sobre o capital próprio, de acordo com a legislação pertinente, são imputadas aos valores do dividendo obrigatório ou do dividendo estatutário, integrando o montante dos dividendos distribuídos pela Companhia, para todos os efeitos legais.

O cálculo dos dividendos para 2022 e 2021 foi feito conforme abaixo:

	2022	2021
Dividendos obrigatórios		
Resultado do exercício	289.769	318.792
Reserva legal	(14.488)	(15.940)
	275.281	302.852
Reserva Especial	170.762	192.852
Dividendos na forma de JCP e/ou mínimos obrigatórios	104.519	110.000
Total dos dividendos	-	110.000

Destinação do resultado de 2022 - Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada em 2023, que, ao resultado do exercício de 2022, no montante de R\$289.769, seja dada a seguinte destinação:

- R\$14.488 para constituição de reserva legal;
- R\$104.519 para pagamento de dividendos, na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”); e
- R\$170.762 para constituição de reserva especial.

Aprovação pagamento de dividendos 2021 - Reserva especial

Referente a Reserva especial constituída em 2021, a Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária a aprovação do pagamento parcial de dividendos referentes a reserva especial constituída na AGO de 2022, no valor de R\$54.593 no ano de 2023.

17. RECEITA

	2022	2021
Fornecimento industrial	140.136	116.928
Fornecimento não faturado - Industrial	8.821	6.554
Transações com energia na CCEE	5.719	18.117
Suprimento Cotas - Geração própria	304.266	275.319
Suprimento comercial - Geração própria	-	22.761

Suprimento não faturado - Cotas - Geração própria	5.741	1.637
Suprimento não faturado - Geração própria	(8.487)	(9.292)
Realização do ativo financeiro da bonificação pela outorga	(165.832)	(150.499)
Outras Receitas	-	154
Fornecimento bruto de energia elétrica	290.364	281.679
Receita de atualização da bonificação pela outorga (a)	253.627	287.009
Impostos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(89.554)	(81.736)
	454.437	486.952

(*) Para maiores detalhes, vide nota explicativa 14.

a) Receita de atualização da bonificação pela outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da bonificação pela outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes, vide nota explicativa nº 7 dessas Demonstrações Financeiras.

b) Impostos e encargos incidentes sobre a receita

	2022	2021
Tributos sobre a receita		
ICMS	26.358	22.365
COFINS	39.340	36.757
PIS-PASEP	8.541	7.980
	74.239	67.102
Encargos do consumidor		
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	1.027	817
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.467	1.378
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	733	689
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	2.138
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	11.648	9.051
CDE sobre P&D	440	561
	15.315	14.634
	89.554	81.736

Prática contábil

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no fornecimento contratado. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

18. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Custos com energia elétrica

	2022	2021
Energia elétrica comprada para revenda	1.936	50.541
Encargos de uso da rede básica de transmissão (a)	37.314	34.312
	39.250	84.853

Custos de operação

	2022	2021
Materiais	1.685	1.071
Serviços de terceiros	22.902	20.465
Depreciação	4.227	2.249
Outros custos operacionais	19	-
	28.833	23.785

Despesas operacionais

	2022	2021
Despesas gerais e administrativas	8.930	8.216
Outras despesas operacionais, líquidas	7.439	9.094
Outras despesas operacionais, outros	809	1.311
Outras despesas operacionais, materiais	34	27
Serviços de terceiros	3.602	4.052
Despesas com subvenções e doações	2.994	3.704
	16.369	17.310
Custo total	68.083	108.638
Despesa operacional	16.369	17.310
TOTAL	84.452	125.948

(a) Encargos de uso da rede básica de transmissão

Referem-se a encargos, devidos pelos agentes de distribuição e geração de energia elétrica, em face da utilização das instalações e componentes da rede básica, sendo os valores a serem pagos pela Companhia definidos pela ANEEL por meio de resolução.

19. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2022	2021
RECEITAS FINANCEIRAS		
Renda de aplicação financeira	13.692	3.893
Acréscimos moratórios de contas de energia	2.617	836
PASEP e COFINS incidente sobre receita financeira	(798)	(267)
Atualização crédito PASEP/COFINS sobre ICMS	657	895
Outras	190	120
	16.358	5.477
DESPESAS FINANCEIRAS		
Variações monetárias - Restituição a concessionárias	-	(513)
Juros Passivos de Arrendamento	(17)	(9)
Outras variações monetárias	(1.565)	(21)
Atualização Financeira - Apuração IR/CSLL por estimativa	-	(850)
Outras despesas financeiras	(1.864)	(111)
	(3.446)	(1.504)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	12.912	3.973

Prática contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A conciliação da despesa nominal de imposto de renda e da contribuição social com a despesa efetiva apresentada na demonstração de resultado é como segue:

	2022	2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	382.897	480.808
Imposto de renda e contribuição social – Despesa nominal	130.209	163.451
Juros Sobre Capital Próprio	(35.536)	-
Contribuições e doações indedutíveis	1.017	1.259
Incentivos fiscais	(2.540)	(2.714)
Gratificações administradores	26	20
Imposto de renda e contribuição social - Despesa efetiva	93.128	162.016
Alíquota efetiva	24,32%	33,70%
Corrente	94.869	120.755
Diferido	(1.741)	41.261

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Operações com energia elétrica (3)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	424	437	-	-	(4.359)	(5.356)
Cemig Distribuição	2.226	1.959	-	-	25.101	22.488	(50)	(62)
Taesa	-	-	216	242	-	-	(2.618)	(2.185)
Convênio de compartilhamento (1)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	3.409	3.010	-	-	(10.912)	(9.647)

Convênio de compartilhamento - O&M (2)								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.259	1.789	-	-	(22.080)	(17.813)
Juros sobre capital próprio e dividendos								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	88.841	28.000	-	-	-	-
FIC Pampulha								
Circulante								
Caixa e equivalentes	16.633	3.143	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	98.686	66.216	-	-	1.905	857	-	-
Não circulante								
Títulos e valores mobiliários	373	13.619	-	-	-	-	-	-

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) Convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020. Inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica;
- (3) As operações de venda e compra de energia elétrica entre geradores e distribuidores são realizadas por meio de leilões no ambiente de contratação regulado organizados pelo Governo Federal. No ambiente de contratação livre, por sua vez, são realizadas por meio de leilões ou mediante contratação direta, conforme legislação aplicável. Já as operações de transporte de energia elétrica são realizadas pelas transmissoras e decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional pelo Operador Nacional do Sistema (ONS).

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig Geração Três Marias aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e valores mobiliários” no ativo circulante e não circulante, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo, 5,47% em 31 de dezembro de 2022 (3,73% em 31 de dezembro de 2021).

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são demonstrados na tabela abaixo:

	2022	2021
Remuneração	417	314
Participação nos resultados	108	58
Previdência privada	34	29
Planos de saúde e odontológico	4	3
Seguro de vida	1	-
Total (1)	564	404

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2022		2021	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos					
Custo amortizado					
Consumidores e revendedores		50.326	50.326	44.555	44.555
Títulos e valores mobiliários		13.610	13.610	41.898	41.898
Ativos financeiros da concessão		1.671.515	1.671.515	1.583.719	1.583.719
		1.735.451	1.735.451	1.670.172	1.670.172
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	2	16.738	16.738	4.230	4.230
Títulos e valores mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	10.837	10.837	3.879	3.879
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	51.299	51.299	27.174	27.174
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	23.313	23.313	6.884	6.884
		102.187	102.187	42.167	42.167
		1.837.638	1.837.638	1.712.339	1.712.339
Passivos					
Custo amortizado					
Fornecedores		(7.233)	(7.233)	(8.352)	(8.352)
Arrendamentos		(100)	(100)	(83)	(83)
		(7.333)	(7.333)	(8.435)	(8.435)

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos em 2022 e 2021.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como

dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.

- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

O gerenciamento de riscos corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

Risco de crédito

Com o objetivo de minimizar o risco de perdas advindas do não recebimento de valores faturados, a Companhia faz um acompanhamento de forma individual, junto aos seus consumidores, buscando reduzir a inadimplência. São estabelecidas negociações que levam em consideração o contexto em que se encontra o cliente e ajustadas condições que viabilizem o recebimento dos créditos em atraso. Ao mesmo tempo, a Companhia realiza, periodicamente, análise criteriosa da evolução dos casos de inadimplência, levando em conta parâmetros específicos. Com o devido cuidado ao realizar julgamento em condições de incerteza, se constatada a evidência da perda de receita, ou um elevado risco da sua ocorrência, a Companhia constitui Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de

juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

Risco de liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações de overnight remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
- Pré-fixadas						
Fornecedores	7.222	11	-	-	-	7.233
Passivo de arrendamento	6	13	61	4	72	156
TOTAL	8.202	169	61	4	72	8.508

Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela Usina de Três Marias. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água do reservatório, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

A Companhia monitora, em base contínua, a posição de seu balanço energético e de risco nas contratações de compra e venda de energia, buscando assegurar que operações são consistentes com seus objetivos e estratégia corporativa.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

Processo de Incorporação da Cemig Geração Três Marias na Cemig GT

Em 24 de janeiro de 2023, a ANEEL deliberou pela aprovação da transferência das concessões da Usina Hidrelétrica Três Marias para a Cemig Geração e Transmissão S.A., conforme Resoluções Autorizativas nº 13.455/2023 e nº 13.456/2023, processo este que em 10 de fevereiro de 2023 teve opinião favorável de voto pelo Conselho Fiscal da Cemig GT para incorporação.

O tema está para ser aprovado em Assembleia Geral da Cemig GT em abril de 2023, onde será celebrado protocolo de Incorporação e Justificação, visando à formalização da incorporação.

* * * * *

Thadeu Carneiro da Silva
Diretor-Presidente

Leonardo George de Magalhães
Diretor

Mário Lúcio Braga
Superintendente de Controladoria
CRC - MG 47.822

José Guilherme Grigolli Martins
Gerente de Contabilidade Financeira e
Participações
Contador - CRC - 1SP/242451-O4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Cemig Geração Três Marias S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram a proposta da Diretoria à Assembleia Geral Ordinária, no sentido de que o Lucro Líquido do exercício de 2022, no montante de R\$289.769 mil a ser distribuído da seguinte forma: R\$14.488 mil para constituição de reserva legal, conforme legislação vigente, R\$137.640 mil como dividendos mínimos obrigatórios e R\$137.640 mil para constituição de reserva especial. Devido à indisponibilidade de caixa da Cemig Geração Três Marias, os dividendos mínimos serão distribuídos, abaixo do mínimo obrigatório, da seguinte forma: R\$ 104.519 mil na forma de juros sobre capital próprio (“JCP”) e R\$33.122 mil constituídos como reserva especial, a serem pagos como dividendo assim que a situação financeira da Companhia o permitir.

Os dividendos devem ser pagos aos acionistas até 31-12-2023, conforme disponibilidade de Caixa e a critério da Diretoria, fazendo jus ao recebimento os acionistas que tiverem seus nomes inscritos no Livro de Registro de Ações Nominativas na data da Assembleia Geral que deliberar sobre esse assunto.

Após apresentação feita pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinam favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2023.

Encerramento: Franqueada a palavra e, como não houve outras manifestações, lavrou-se a ata que, lida e aprovada, foi assinada pelos Conselheiros presentes e por mim, Secretária.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2023.

Felipe Oliveira de Carvalho

Paulo César Teodoro Bechtluft

Ronald Gastão Andrade Reis



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

**Aos Diretores e Acionistas da
Cemig Geração Três Marias S.A.
Belo Horizonte- MG**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig Geração Três Marias S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig Geração Três Marias S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 29 de abril de 2022, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em



continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de abril de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-014428/O-6 F-MG

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Thiago Rodrigues de Oliveira'. The signature is fluid and cursive, with a long horizontal stroke at the end.

Thiago Rodrigues de Oliveira

Contador CRC 1SP259468/O-7